

EDUCAÇÃO DO CAMPO: REFLEXÕES SOBRE A EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO TERRITÓRIO DA SERRA CATARINENSE¹

Iáscara Aparecida Almeida Varela² - Centro Vianei de Educação Popular
iascara.varela@gmail.com
Zilma Isabel Peixer³ - UFSC
zilmaisabel@gmail.com

Eixo: 6. Educação dos trabalhadores e políticas públicas (Educação Básica, Superior e Pós-Graduação)

Resumo: Esse artigo busca analisar a implementação das políticas públicas em educação do campo na perspectiva dos gestores municipais de 18 municípios da serra catarinense. Buscou-se demonstrar que a ação no nível municipal é estratégico, tendo as instâncias governamentais um papel articulador e responsável pela efetivação das políticas públicas, bem como, pela forma como se concretizam essas política. Esta efetivação perpassa o próprio entendimento do secretário e sua equipe sobre educação, cultura, desenvolvimento e sobre política pública e o papel do agente público. A pesquisa foi realizada através da metodologia qualitativa de estudo de caso e dividida em duas etapas; o levantamento documental e bibliográfico sobre as experiências de educação do campo na região e entrevistas com gestores públicos municipais buscando identificar as concepções de educação, as políticas públicas locais para essa área e delineando também a participação dos gestores municipais nesse processo.

Palavras-Chave: Educação, Educação do Campo, Políticas Públicas

1. Introdução

A formação social do Brasil, no século XX, foi pautada por um modelo de desenvolvimento que privilegiava o “sonho da cidade”, deixando em um segundo plano as populações rurais, o mesmo aconteceu no tocante à propostas e práticas educacionais. É na luta contra essa situação e na produção de alternativas de desenvolvimento que se estruturou o movimento de educação do campo no Brasil. Fruto da articulação de diversos movimentos sociais e constituindo uma rede em conjunto com organizações sociais, universidades, organizações não governamentais e sindicatos, tiveram há dez anos as suas primeiras

1 Esse artigo apresenta resultados da pesquisa de mestrado de Iáscara Almeida Varela, intitulada Educação do Campo e Secretarias Municipais de Educação: caminhos e descaminhos na efetivação das políticas públicas no território da serra catarinense.

2 Mestre em Educação, Coord. projeto Educação do Campo no Centro Vianei de Educação Popular, integra a equipe do Observatório de Educação, no projeto Educação do Campo: Políticas e Práticas em SC (UFSC/CAPES/MEC), e no Projeto Realidade das escolas do campo na região Sul do Brasil: diagnóstico e intervenção pedagógica com ênfase na alfabetização, letramento e formação de professores. (UFSC/CAPES/MEC).

3 Professora UFSC. Doutora em Ciências Sociais. integra a equipe do Observatório de Educação, no projeto Educação do Campo: Políticas e Práticas em SC (UFSC/CAPES/MEC), e no Projeto Realidade das escolas do campo na região Sul do Brasil: diagnóstico e intervenção pedagógica com ênfase na alfabetização, letramento e formação de professores. (UFSC/CAPES/MEC). Tutora grupo PET: Ciências Rurais (UFSC).

conquistas, com a criação de políticas públicas de Educação do Campo. Em termos de legislação o direito foi conquistado, mas então outros desafios se fazem presentes, entre eles, a efetiva implementação dessas políticas na esfera municipal e estadual. Analisar esse processo na dimensão municipal foi o foco da pesquisa, realizada no território da serra catarinense, que integra os estudos do Projeto: Educação do Campo: Políticas e Práticas em SC (UFSC/CAPES/MEC). A especificidade desta pesquisa centra-se na análise da atuação dos gestores municipais na implementação das políticas de Educação do Campo na serra catarinense, compreendendo o seu entendimento das práticas de educação do campo, os programas desenvolvidos nos municípios, a questão da nucleação e do transporte escolar e a representação de campo para esses gestores. Estruturamos este artigo com alguns aspectos dessa pesquisa destacando a percepção de campo e de implementação de políticas públicas. Inicialmente (item 2), aborda-se o perfil dos municípios estudados, em seguida (item 3) apresenta-se a percepção de campo construída pelos gestores municipais de educação, e por fim (item 4) as práticas realizadas pelos gestores visando a implementação da política pública.

2. O perfil dos municípios e da educação no território de estudo

Para fazer um panorama da educação neste território, é necessário uma breve caracterização dos municípios. O território que compõem a região da serra catarinense está organizado politicamente através da Associação dos Municípios da Região Serrana – AMURES e é composto por 18 municípios, sendo: Lages (município polo da região) Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Cerro Negro, Correia Pinto, Lages, Otacílio Costa, Painel, Palmeira, Ponte Alta, Rio Rufino, São Joaquim, São José do Cerrito, Urubici e Urupema.

A ocupação européia nessa região data de 1766, por um longo período, passaram por essa região comerciantes e tropeiros que garantiram o abastecimento do Ciclo do Ouro nas Minas Gerais resultando no desenvolvimento de uma economia fortemente baseada no latifúndio e na pecuária extensiva que deixaram profundas marcas nos modos de viver e fazer dessa sociedade.

Entre os anos de 1940 a 60 com o inicio do Ciclo da Madeira, a população da região triplicou, aumentando especialmente a população urbana, aqui considerada segundo metodologia adotada pelo IBGE. Políticas governamentais sustentam a tese de que o Brasil

atualmente é um país eminentemente urbano e que o campo estará esvaziado em menos de 30 anos. Alguns pesquisadores brasileiros, entre eles Veiga contesta essa visão urbana brasileira:

Para efeitos analíticos, não se deveriam considerar urbanos os habitantes de municípios pequenos demais, com menos de 20 mil habitantes. Por tal convenção, que vem sendo usada desde os anos 50, seria rural a população dos 4.024 municípios que tinham menos de 20 mil em 2000, o que por si só já derrubaria o grau de urbanização do Brasil para 70%. (VEIGA, 2003;32)

Essa diferença no entendimento do que é rural e urbano no país, provoca distorções no entendimento e na compreensão da sociedade brasileira, o que, segundo Veiga (2003), pode resultar em deficiências na aplicação de políticas públicas. Nesse sentido e considerando esses aspectos, estima-se que 30% da população brasileira encontra-se no campo, vive no campo e do campo. Nessa perspectiva, dos 18 municípios pesquisados, 16 caracterizam-se como essencialmente rurais, com populações abaixo de 20 mil habitantes, sendo que, somente Lages possui um número de habitantes entre 100 e 200 mil e um município tem sua população entre 10 e 25 mil habitantes. Entre os 16 municípios que caracterizam-se como essencialmente rurais, a metade, ou seja, 8 municípios possuem população maior na área rural do que na urbana. Esse novo olhar para a região permite observar um território muito maior do que os definidos nos critérios oficiais⁴.

Na análise são considerados dados como densidade populacional, ID, IDEB e quantidade de escolas municipais, o quadro seguinte apresenta uma síntese desses indicadores:

4 Considerando-se as implicações dessa escolha, na pesquisa geral trabalha-se com duas formas de organização e análise dos dados, uma considerando a divisão clássica do IBGE entre urbano e rural, e outra com destaque para os dados do município de Lages, pois, a mesma contempla 56,30% da população total desse território educacional.

Tabela 1: Indicadores dos Municípios da Amure

Município	Data de criação	População 2010			Área da unidade territorial (Km ²)	Densidade demográfica (hab/Km ²)	IDH 2000	IDEB 2009	Gastos Municipais com educação 2007 - %	Número de Escolas Municipais		
		Total	Rural	Urbana						Total	Rural	Urban a
Anita Garibaldi	1961	8.623	4.072	4.551	588,614	14,65	0,750	3,9	36,2	7	5	2
Bocaina do Sul	1984	3.290	2.323	967	513,045	6,41	0,716	4,8	31,7	6	2	4
Bom Jardim da Serra	1967	4.395	1.998	2.397	935,176	4,70	0,758	4,8	21,2	3	1	2
Bom Retiro	1923	8.942	2.525	6.417	1.055,504	8,47	0,732	4,2	30,4	17	11	6
Campo Belo do Sul	1961	7.483	3.077	4.406	1.027,411	7,28	0,694	3,9	27,2	21	18	3
Capão Alto	1997	2.753	1.791	962	1.335,281	2,06	0,725	nt	33,1	6	3	3
Cerro Negro	1993	3.581	2.817	764	416,775	8,59	0,686	nt	28,1	10	9	1
Correia Pinto	1982	14.785	2.763	12.022	651,616	22,69	0,772	4,2	21,7	26	12	14
Lages	1770	156.727	2.790	153.937	2.629,789	59,60	0,813	4,7	20,9	145	37	108
Otacílio Costa	1982	16.337	1.446	14.891	846,580	19,30	0,804	5,1	24,9	10	1	9
Painel	1994	2.353	1.408	945	739,842	3,18	0,753	nt	22,0	2	1	1
Palmeira	1995	2.373	1.448	925	292,217	8,12	0,755	4,6	24,9	6	3	3
Ponte Alta	1961	4.894	1.316	3.578	566,753	8,64	0,727	4,3	21,7	4		4
Rio Rufino	1991	2.436	1.748	688	282,569	8,62	0,736	nt	25,7	15	14	1
São Joaquim	1886	24.812	7.239	17.573	1.885,610	13,16	0,766	3,7	35,6	26	16	10
São José do Cerrito	1961	9.273	6.781	2.492	946,246	9,80	0,731	4,7	37,2	49	3	46
Urubici	1956	10.699	3.633	7.066	1.019,236	10,50	0,785	3,8	25,1	17	13	4
Urupema	1988	2.482	1.250	1.232	353,126	7,03	0,785	nt	15,3	3	1	2

Fonte: Tabela elaborada com dados do IBGE sobre população, densidade demográfica, área da unidade territorial; IDH dado coletado no site PNUD; INEP para os dados sobre IDEB. TCE-SC para os dados sobre gastos municipais com educação.

No quadro, entre outras coisas, observa-se a diferença entre os municípios com o numero de escolas. Salienta-se que o número de escolas no campo não está relacionado ao contingente populacional simplesmente, mas, atendem a políticas públicas locais. Podemos comparar dois municípios que possuem quase o mesmo número de escolas rurais, mas que apresentam uma diferença populacional significativa, no caso de Campo Belo do Sul com população 69% menor que a de São Joaquim, mantém 18 escolas no campo entretanto, o município de São Joaquim mantém 16 escolas. Ainda, segundo dados do INEP/Censo escolar

2007, nos 18 municípios as matrículas atingiram o número de 79.809 estudantes, sendo que destes, 73.033 matrículas estão localizadas em áreas consideradas urbanas, e somente 6.776 estão localizadas em áreas consideradas rurais. Existe um grande número de alunos que moram em áreas rurais, porém, estudam em escolas urbanas. Um exemplo claro dessa questão encontra-se em Ponte Alta, onde o município mantém somente uma escola na área urbana e transporta todos os alunos para cidade. O transporte escolar em Ponte Alta chega percorrer até 100 km em estradas sem pavimentação para garantir o acesso à escola, porém, nessas distâncias as crianças passam boa parte de seus dias no transporte escolar.

Observa-se que a desigualdade de condições colocadas às pessoas que vivem no campo são imperativas e configuram as condições estruturais de seu desenvolvimento social, econômico e cultural. É nesse sentido que destaca-se a importância de políticas públicas que busquem eliminar esse quadro. Na processo de implementação de políticas o papel dos gestores municipais é importante. Na região estudada, os gestores municipais de educação, assim como todos os cargos comissionados municipais, são oriundos de articulações político partidárias e grande parte deles, militantes partidários ou atuantes em organizações sociais. São profissionais da educação, majoritariamente graduados em pedagogia com especialização em áreas afins. Destaca-se que esses gestores já tiveram experiência em sala de aula e 58,8% já trabalharam em escolas do campo, interessante observar que 52,9% estudou em escolas do campo em sua formação inicial.

Políticas públicas constituem a esfera de atuação dos gestores e aqui são compreendidas como diretrizes e princípios norteadores da ação do poder público. Como salienta Teixeira (2002; 2), elas traduzem “no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder...” nesse sentido, não somente a elaboração da política pública é um espaço de debate e disputa de poder, mas a própria implementação nas diversas esferas do estado. E é nesse sentido que busca-se compreender o papel e a percepção dos gestores municipais de educação na região da serra catarinense.

3. Descobrindo o campo sob o olhar dos secretários

As escolas situadas no campo não se constituem numa questão restrita ao sistema educacional, é uma questão bem mais ampla, que diz respeito ao destino da vida no campo e da configuração dessas sociedades e que perpassa também a compreensão de campo e de

desenvolvimento dos gestores responsáveis pela elaboração e implementação de políticas públicas nos municípios.

Para grande parte dos secretários na região estudada, o espaço rural caracteriza-se somente pela produção de alimentos, enquanto o espaço urbano privilegia o trabalho assalariado, conforme fala da Secretaria de Educação do município E⁵,

No espaço rural o tempo é contado de outra maneira, o trabalho na lavoura possibilita que toda família trabalhe junta, os valores são diferentes, tem respeito, segurança e tranquilidade, a família é presente na vida do jovem, o homem do campo vive melhor. Na cidade o trabalho é assalariado e o tempo é da empresa, tem outro ritmo.

Essa visão de campo esta presente nas falas de outros secretários. Identificado pela maioria dos gestores por “interior”, “sitio” ou “zona rural”, o campo é também uma representação cultural, reflete um modo de vida. Para Secretaria de Educação do município H, “Não existe diferença entre a praça e o espaço rural, a sede do município é muito rural, 95% da economia local é agrícola, a diferença é que na praça se concentram os serviços de banco, de saúde e comércio, o modo de vida é o mesmo”.

A infra-estrutura encontrada nas cidades ainda representa um sonho de difícil acesso para a grande maioria das populações que habitam o campo, nessa região, as estradas são mantidas em condições precárias. Tanto quanto a precariedade das estradas é a precariedade do transporte coletivo, praticamente inexistente, os habitantes do campo que não possuem carro, ficam sempre na dependência de caronas de vizinhos ou do transporte escolar.

O entendimento da situação de desigualdade das pessoas que vivem nas localidades rurais está presente para os gestores, como observa-se na fala da Secretaria de Educação do município N “As pessoas que vivem no espaço urbano tem o privilegio da infra-estrutura, comércio, hospital etc. No espaço rural não tem nada, lá é o local de moradia e trabalho”. Entretanto da constatação da desigualdade a compreensão do direito e acesso a bens comunitários e a infra-estrutura como estrada, sistema de comunicação e informação ainda é um longo caminho. Em muitos casos nas entrelinhas observa-se a representação desses espaços como situações de “atraso”. Contudo alguns gestores já começam o rompimento com essa visão tradicional, como a Secretaria de Educação do município D diz que, “Hoje eu penso esta questão diferente. Pensava que o urbano aqui representava a cidade e o rural o

5 - Os depoimentos presentes nesse artigo foram colhidos em entrevistas de campo com os Secretários Municipais de Educação dos municípios da AMURES, no período de janeiro a julho 2011. A identificação será feita através de letras.

interior. Hoje penso que estes espaços são apenas diferentes, mas eu tinha preconceito. Graças ao movimento da educação do campo vejo que a Praça ou Centro e o Campo formam um todo”. Em sua fala percebe-se a complexidade dessa relação e das rupturas necessárias com a visão de que o campo representa (ou representou) um local de atraso. Nas fala dos gestores eles reconhecem que a vida no campo em seus municípios ainda reserva outras fontes de frustrações, como por exemplo o acesso ao lazer. Em outros tempos o lazer estava presente em todas as comunidades rurais, fosse nas festas de igreja, em atividades religiosas como novenas ou nos bailes e torneios de laço. Hoje, essas atividades estão cada vez mais raras no campo, os templos religiosos, já não estão tão presentes em todas as comunidades, os torneios e atividades esportivas, aos poucos estão se deslocando para as cidades, por conseguinte também para o lazer, as populações que vivem no campo hoje precisam se deslocar.

Aliado a essas questões os gestores constatam que nem sempre a convivência entre os moradores do campo e da cidade são boas, a Secretaria de Educação C do município diz que “Ainda existe resistência, a praça é mais valorizada, menosprezam os modos de vestir e de se expressar das pessoas que vivem no campo”. Contudo, já observam mudanças, no qual essas relações se estabelecem de outras formas com relações de interdependência, na fala da Secretaria de Educação do município R, essa questão fica evidente “Há uma interação muito grande entre estes, nas festas, nas igrejas, nas atividades familiares. Há um vínculo de amizade, de comércio e outros entre as pessoas do campo e da cidade que determinam uma relação constante de interdependência dos mesmos”.

As atividades pecuárias e agrícolas são centrais em praticamente todos os municípios. No município D, a Secretaria de Educação pontua algumas dessas atividades

Temos a agricultura familiar. Alguma atividade da pecuária. Permanecem as culturas do milho e do feijão. Em algumas unidades familiares pode-se observar a confecção de trabalhos manuais como crochê, bordado, culinária. Pequena industrialização como frango caipira. Diversificação de culturas agrícolas. Temos também a monocultura do pinus e eucalipto, alguma coisa de piscicultura. Algumas culturas já orientadas pela agroecologia. A permacultura. O turismo rural começa a ser disseminado através de cavalgadas.

Essas atividades estão presentes também em outros municípios como é o caso do município L

O que predomina é a pecuária, mas tem plantação de tomate e a fruticultura também é forte. Tem produção de mel e leite; os produtos orgânicos, bem como, bolo, pães, doces e geleias começam a ser produzidos, os agricultores estão se organizando para criar um selo de comercialização. O turismo está bem avançado, tem 50 pousadas e foi desenvolvido um plano estratégico para o turismo, é explorado o turismo de

aventura, ambiental e pedagógico.

Em alguns municípios, observa-se o avanço da indústria florestal. O extermínio da Araucária já estava evidente no final da década de 50 e, desde então, com a instalações de indústrias madeireiras e papeleiras registra-se a existência de florestamentos de pinus e eucalipto. Esses florestamentos em municípios como Correia Pinto e Otacílio Costa, que receberam as maiores indústrias, representam hoje a principal fonte econômica dos municípios, segundo a Secretaria de um desses municípios

A produção é predominantemente de pírus e eucalipto, existem plantações de soja, feijão, batata, milho e moranga, o trabalho realizado no campo é formal e na maioria dos casos as pessoas vivem na sede e trabalham no campo. Hoje, mais de 70% da área do município é coberta com floresta reflorestada.

Além da transformação ambiental provocada pela instalação dessas indústrias, consideram-se ainda as transformações nos modos de vida da população e no processo de deslocamento dessa população para áreas urbanas. Nesses municípios, com fortes políticas para a monocultura florestal criou-se um novo padrão na vida e no trabalho de seus habitantes, diferenciando-os dos outros municípios da região. Na fala da Secretaria de Educação do município B a cidade vive um momento de grandes transformações

A cidade é um polo industrial, além da grande empresa papeleira existe várias outras empresas prestadoras de serviço e agora esta começando o polo têxtil com a chegada de uma grande industria têxtil. Assim, a questão ambiental está em desequilíbrio, existe muito consumo e o dinheiro entra fácil, existe muita violência, roubo e uso de droga.

Desde a década de 1950 observa-se um movimento migratório para essa região, vinculados a atividades de exploração madeireira, hoje, a chegada de novos habitantes está ligada à essas novas atividades econômicas e em cada microrregião do planalto se faz de forma diferente. Na região de São Joaquim, onde o plantio de maçã e, mais recentemente de uva, é intenso, registra-se a chegada de trabalhadores vindos das regiões norte e nordeste do Brasil. Em outros municípios, esse fenômeno também já é representativo, são trabalhadores sazonais que se deslocam com suas famílias para atenderem as demandas de colheitas ou florestamentos de pírus, ou ainda, para trabalharem nas construções dos grandes empreendimentos energéticos que se espalham pela região. Em uma escola no município de M, o depoimento de uma professora deixa claro que a chegada dessas famílias representam

um impacto social, cultural e econômico nessas populações tradicionais. Diz ela, “estamos lidando com crianças que vem das cidades grandes com outros costumes, isso tem criado problema na nossa escola” , conforme depoimento coletado no curso de Educação do Campo: novas práticas em 2010 (VIANEI, 2010). Esses empreendimentos econômicos, vem sistematicamente causando transtornos nas comunidades que os recebem. José de Souza Martins em seu livro, A Chegada do Estranho, diz que:

Já não se trata da introdução da roda na vida dos *Papagos*, do Arizona, ou da introdução do milho híbrido na vida dos agricultores de origem hispânica, no *Novo México*. Aqui se trata de *introduzir* nada na vida de ninguém. Aqui se trata de projetos econômicos de envergadura , como hidroelétricas, rodovias, planos de colonização, de grande impacto social e ambiental, mas que não tem por destinatárias as populações locais. Seu pressuposto é o da remoção dessas populações (...). (MARTINS, 1993; 61/62)

Com esse pressuposto colocado por Martins, de que esses empreendimentos “não tem por destinatárias as populações locais”, consegue-se entender a dificuldade que essas comunidades estão tendo em absorver esses novos moradores. Para Secretária do município P,

Faltam políticas de incentivo para o município, (...) os grandes empreendimentos não contribuem em nada, só tiram do município, usam a infra-estrutura e nem mesmo impostos recolhem para o município, pois suas sedes ficam em outras cidades.

Ainda na fala dessa mesma Secretária, reafirma-se o pressuposto de Martins

Os novos reassentamentos, resultados da construção da Hidroelétrica de Barra Grande, interferiram na comunidade local. A plantação de pínus interfere na qualidade e quantidade de água, já existem localidades como a da Vigia que a água existente secou, hoje eles pedem ao poder público a construção de poços. Os grandes empreendimentos trazem seu próprios trabalhadores, não oferecem emprego para população local e ocupam o espaço antes trabalhado por ela, isso faz com que as pessoas vão buscar trabalho em outros centros como Lages e Caxias do Sul.

Assim, torna-se evidente reconhecer que o “espaço rural” desses municípios tem sofrido profundas mudanças nos últimos anos. Portadora de uma tradição latifundiária, essa região recebeu os grandes empreendimentos como os florestamentos e mais recentemente as monoculturas de soja ou a fruticultura, quase que como uma consequência de sua história. Hoje não é mais possível pensar a região dessa forma segundo a Secretaria de Educação do município O, que diz:

A região serrana é diferente, precisa ser considerado a cultura e desconstruir a

cultura da espera, do compadrio.(...) O campo espera novas políticas, trabalhos com empreendedorismo e associativismo rural.

Portanto, registra-se em alguns segmentos da sociedade uma mobilização na perspectiva de construção de alternativas sócio-econômica. Percebe-se, ainda que frágeis, algumas organizações na área da educação como o Fórum de Secretários Municipais de Educação da Região Serrana – FORSEM, órgão vinculado à AMURES que tem a finalidade de orientar, planejar e fortalecer as ações da educação municipal na Região Serrana .

4. No cotidiano das secretárias: O papel dos gestores na efetivação das políticas públicas

A totalidade dos municípios optou por criar suas Secretarias de Educação, são estruturas pequenas, com poucos funcionários e somente na Prefeitura de Lages existe um setor específico de atendimento às Escolas do Campo. A grande maioria das Secretarias de Educação não possuem autonomia financeira, são tutoriadas pelas Secretarias de Administração. Essas secretarias são responsáveis diretas por 373 escolas, entre rurais e urbanas, que oferecem prioritariamente o ensino fundamental, séries iniciais. Somente 5 dos 18 municípios da região oferecem, em parcerias com o governo estadual o ensino médio no campo, sendo que uma das escolas, em São José do Cerrito é uma escola agrícola e recebe alunos de todo estado.

Dos 17 municípios pesquisados, 14 tomaram conhecimento da legislação nacional que normatiza a educação do campo através das ações desenvolvidas pelo Centro Viane⁶ de Educação Popular. Se considerarmos que a legislação nacional de educação do campo é de 2002 e que, somente em 2007 o Centro Vianei inicia suas atividades nesta área, tem-se um indicativo das dificuldades de comunicação entre as esferas governamentais. A ausência da esfera estadual nesse setor específico da educação é mencionado pela quase totalidade desses municípios. Nesse sentido o contraponto com o governo federal torna-se inevitável, como podemos observar no depoimento de um Secretário de Educação, que disse: “Nunca se investiu tanto em educação no governo federal quanto está sendo investido agora, evoluiu muito, tem valorização dos profissionais e parceria com os municípios. Com o governo do

⁶ Centro Vianei de Educação Popular - Organização Não Governamental fundada em 1983, com sede em Lages/SC e ação na região do planalto catarinense. Desenvolve projetos nas áreas de educação, cultura e meio ambiente.

estado não funciona” (Município N).

A maior parte dos municípios dessa região, mantém programas como Escola Ativa e Pró-Jovem com o governo federal. Em quase todos os municípios já estão organizados os Conselhos Municipais de Educação, assim como, seus Planos e Sistemas Municipais estão em processo de construção. Em seus discursos já aparece a reflexão e indicação da Educação do Campo, como salientou uma secretaria de educação: “No Sistema Municipal de Educação, que está em processo de regulamentação, estão contempladas novas práticas de Educação do Campo, mudança nos currículos.” (Município A)

A maior dificuldade apontada por 13 gestores municipais ainda está voltada para a formação dos professores que atuam no campo, e no depoimento de alguns secretários essas questões se evidenciam: “As dificuldades estão relacionadas a estrutura, falta de recursos financeiros, falta de compreensão da importância e reconhecimento dos valores do contexto e dos sujeitos do campo. Valorização para professores atuarem no campo.” (Município R) , ou ainda no depoimento da Secretaria de Educação do município C que salienta “A maior dificuldade é a formação dos professores”.

Quanto a formação dos gestores municipais somente um deles não possui graduação e em um universo de 424 professores de escolas do campo que participaram de um curso de extensão organizado pelo Centro Vianei (financiado pela Petrobrás), 353 professores possuem graduação, 27 estavam em processo de conclusão, 41 possuem o ensino médio completo e somente 3 professores não concluíram o ensino fundamental (VIANEI, 2010). Segundo dados do INEP/2007, em Santa Catarina 76,8% dos profissionais que atuam em escolas do campo possuem formação de nível superior sendo que nessa região o percentual representa 83,2%, (VIANEI, 2010), assim, constata-se que a necessidade de formação não está ligada apenas a formação acadêmica formal, mas sim, a programas que possibilitem a formação permanente e continuada desses profissionais.

Existem ainda, pelo olhar dos secretários municipais dificuldades no transporte, na estrutura das escolas, no entendimento político da sociedade em relação as questões que envolvem o campo, como exemplifica a Secretaria de Educação do município J “A maior dificuldade é o Conselho Municipal de Educação, é um tema novo e de difícil convencimento.”

As escolas do campo continuam representando um espaço social importante em suas comunidades, não são apenas locais para educação onde as crianças devem aprender uma

cultura letrada , são espaços de encontros sociais e políticos da comunidade. No município F, a Secretaria de Educação diz que “A escola está aberta para todos os projetos da comunidade, festas, encontros, reuniões, palestras.... os laboratórios de informática e as bibliotecas estão abertos à comunidade”.

Uma das questões levantadas na pesquisa de campo relaciona-se às ações e práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas do campo. Ações vinculadas a políticas federais, como o programa Escola Ativa que é direcionado às classes multisseriadas, desenvolve projetos de formação para professores das escolas do campo e esta presente em 6 dos 18 municípios. Na entrevista realizada com o Secretário M, esse programa possibilita a realização de práticas que valorizam a vida no campo “Estão iniciando o programa de Escola Ativa e desenvolvem ações de integração com a sociedade que privilegiam a troca de saberes entre os pais e alunos.”

Outras práticas pedagógicas são registradas nessas escolas que demonstram vinculação com a legislação da Educação do Campo, como o estabelecimento de parcerias com instituições públicas, e com instituições universitárias presentes nos municípios. A entrevista realizada com o Secretário P exemplifica bem essa questão, “Desenvolvemos projetos de educação ambiental e plantio de árvores com a parceria da Unoesc, Epagri e Cidasc”. Destaca-se em todos os municípios a operacionalização da legislação que trata da Alimentação Escolar e da aquisição do alimentos junto aos agricultores familiares. Na fala do Secretário P evidencia-se essa prática, “70% da alimentação escolar é feita com agricultores familiares que, de alguma forma, são pessoas ligadas à comunidade escolar”. Em outros municípios, esse entendimento passa também pelas políticas de manutenção das escolas no campo associadas às práticas pedagógicas, no município R o secretário diz que, “Uma ação é manter as escolas do campo abertas. Também foram reabertas salas de pré-escola; cursos voltados para atividades do homem e mulher do campo.”, ou ainda, como exemplifica o depoimento do Secretário F que optou por ações mais efetivas, garantindo escolas no campo e não disponibilizando transporte escolar dessas localidades para a cidade, fazendo com que o aluno permaneça em sua localidade,

São desenvolvidos algumas ações, nossos professores acreditam na educação do campo, em conjunto com a Epagri está sendo implantada as hortas escolares orgânicas e outras ações de preservação ambiental. Existem ações que buscam reverter as saídas de escolas do campo e a prefeitura não fornece transporte para alunos até 5ª série virem para cidade.

As escolas do campo também oferecem cursos diversos que buscam a interação entre

pais, alunos e professores, são cursos voltados à formação para o trabalho na agricultura e preservação ambiental, essas atividades são realizadas com a parceria de outros órgãos governamentais. No município B, a Secretaria de Educação desenvolve projetos multidisciplinares, que tem como objetivo a construção do saber a partir da ciência. Em quase todos os municípios são desenvolvidas ações, ainda que muito timidas, de valorização da cultura local.

Além dessas práticas, os municípios estão implantando os Sistemas Municipais de Educação, ao qual atribuem um importante papel na mudança das políticas e práticas voltadas às escolas nas comunidades rurais e, em consonância com a política nacional de Educação do Campo. Como pode-se observar no depoimento da Secretaria A, que diz "No Sistema Municipal de Educação, que está em processo de regulamentação, serão contempladas novas práticas de Educação do Campo e mudanças nos currículos."

Assim, o desafio desses gestores está em qualificar suas atuações, para que possam atender as diferentes demandas da educação do campo. Configura-se desta forma o entendimento que as políticas direcionadas à educação do campo devem representar mais que um projeto educacional mas delinejar um projeto social onde o campo é compreendido como espaço de vida e de direito e a educação pensada a partir do lugar, das práticas culturais e das necessidades humanas e sociais.

No discurso dos secretários de educação já está presente a necessidade de manter ou abrir escolas no campo, em alguns, esse discurso se traduz em práticas de abertura de novas escolas no campo, nucleação intra-campo, ou ainda de manutenção das escolas multisseriadas.

Mas, esse não é um processo fácil ou unitário, muitos são os obstáculos encontrados pelos secretários, que justificam o conhecimento da política pública mas mencionam as dificuldades de implantação que perpassam o próprio entendimento das políticas, o rompimento do discurso técnico administrativo de custo da educação do campo, a formação de uma rede de apoio em outras instâncias políticas como o legislativo, bem como, limites presentes na concepção de mundo e desenvolvimento, no qual, ainda se faz presente o projeto de urbanização como correlato ao desenvolvimento local. Isso podemos observar na implementação das políticas de nucleação e transporte escolar efetivadas no Estado a partir da década de 90, no século XX.

5. Considerações Finais

Nessa artigo, procurou-se delinear a implementação das políticas públicas de educação

do campo e o papel dos gestores municipais. Observa-se que da elaboração da lei a sua efetiva implementação, existe um longo caminho no qual se faz necessário a articulação de diferentes setores da sociedade. No território analisado, a ação e a articulação com outros sujeitos, que não somente o setor público, demonstram a importância dessas parcerias. Cabe então perguntar, qual a importância da existência da escola no campo, independente da concentração populacional? De qual escola estamos falando? Tradicionalmente, vemos repetido no Brasil o modelo de educação que privilegia os propósitos e projetos de valorização das atividades urbanas, que reflete a estrutura de poder, enfim, um modelo de manutenção das elites.

Trabalhar com educação do campo implica na produção de algumas rupturas, entre elas mudanças na concepção de mundo, de escolas e do próprio entendimento de seres humanos e desenvolvimento. É o caminho de uma mudança cultural e epistemológica no qual destaca-se o rompimento da concepção dual entre campo e cidade e também a compreensão da escola como bem público e a educação como um dos direitos básicos, o que necessariamente implica em pensar o papel estratégico da escola/educação nos processos de autonomia e sustentabilidade das comunidades.

Há ainda um longo caminho nos processos de valorização e compreensão dos povos que vivem no e do campo, na valorização do seu modo de vida e na garantia dos direitos básicos, que envolvem o acesso à saúde, a uma educação de qualidade, a participação política, a programas de infra-estrutura comunitária (comunicação, transporte, saneamento etc) enfim, programas e políticas públicas que permitam a sustentabilidade cultural, social, econômica e ambiental dessas comunidades, e entre elas, é fundamental o direito à cultura e a valorização de suas memórias e identidades culturais. Dessa forma estará também garantindo, aos povos que vivem no campo, o direito que têm em pensar o mundo a partir do lugar onde vivem, a partir de suas realidades, pois, ao contrário, vive-se um não-lugar, assim estará garantido o direito a construção de sua identidade, única condição para formação cultural, como diversos autores salientam, entre eles Arroyo (2009), Caldart(2004), Molina (2008) e Munarim (2010), e nesse processo é fundamental a articulação de parcerias entre a secretarias Municipais de Educação e outros atores como Organizações Não Governamentais e Movimentos Sociais.

6. Referências bibliográficas

- ANTONIO, Clésio Acilino; LUCINI, Marizete. Ensinar e aprender na educação do campo: processos históricos e pedagógicos em relação.. Caderno Cedes: Campinas, vol. 27, n. 72; 2007.
- ARROYO, M.G. et al.(orgs.).*Por uma Educação do Campo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- IBGE: Cidades. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>, acessado em agosto de 2011.
- INEP. Dados Estatísticos. Disponível em < <http://www.inep.gov.br/pesquisa/thesaurus/thesaurus.aspx?te1=122175&te2=105836&te3=122199&te4=36676&te5=123676>> Acessado em 14/06/2010.
- IPEA Políticas sociais : acompanhamento e análise, v. 19 2011 . – Brasília : Ipea, 2011
- MOLINA, Mônica Castagna. *Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão*. Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. Disponivel <<http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/ArtigoMonicaBernardoEC5.pdf>>
- MUNARIM, Antonio. *Educação do campo e políticas públicas: controvérsias teóricas e políticas*. França, 2010.
- PEIXER, Zilma Isabel. *A Cidade e seus tempos – O processo de constituição do espaço urbano de Lages*. Lages: Editora Uniplac, 2002.
- SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. RJ: Garamond, 2008a.
- TEIXEIRA, Elenaldo Celso. *O papel das politicas publicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade*. 2002. disponivel <http://www.fit.br/home/link/texto/politicas_publicas.pdf> acesso setembro 2011.
- VARELA, Iáscara A. *Educac ão do Campo e Secretarias Municipais de Educac ão: caminhos e descaminhos na efetivac ão das políticas públicas no território da serra catarinense*. Dissertação de mestrado. Lages: UNIPLAC, 2011.
- VEIGA, José Eli. *Cidades Imaginárias – O Brasil é menos urbano do que se calcula*. 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.
- VIANEI. *Cartilha Projeto Educação do Campo: Novas Práticas*. Lages: Vianei, 2010.